

# **ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO À INSEGURANÇA ALIMENTAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO**

## **LA ANALISE DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL ENFRENTAMIENTO DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA: UN ESTUDIO DE CASO EN LA CIUDAD DE SANTANA DO LIVRAMENTO**

**Aluno(a):** Ana Paula Reis de Souza  
**Orientador(a):** Cátia Raquel Felden Bartz

### **RESUMO**

A insegurança alimentar é um dos principais problemas políticos perdurados no cenário brasileiro. O objetivo desse estudo é analisar as políticas públicas presentes, e a eficiência das mesmas na cidade de Santana do Livramento (RS). Subdividido em tópicos referenciais onde descreve a lei 11.346 do SISAN, programa Bolsa Família, Plano Plurianual, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), programa Bolsa Família e Auxílio Brasil, e Insegurança Alimentar no período Covid-19. Utilizou-se base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Google Acadêmico para construção do estudo. Para a coleta de dados usou-se o questionário semiestruturado qualitativo, retirado do diagrama da publicação de 2010 do Programa Fome Zero, Volume I. A pesquisa foi aplicada com cinco profissionais atuantes na área da temática em Santana do Livramento (RS). O questionário foi organizado com questões fechadas de sim ou não, e abertas descritivas para acrescentar dados ou opiniões sobre a política pública discutida no estudo. Os resultados indicam que as políticas públicas na área de insegurança alimentar precisam evoluir e estarem no centro das discussões. No município em estudo, houveram melhorias nas políticas públicas, como a adesão ao SISAN e o trabalho conjunto do CONSEA para assegurar a Agricultura Familiar principalmente nas escolas rurais, e fomentar projetos em um município onde a agricultura é positivamente conhecida. Os resultados contribuem para futuros estudos acadêmicos e para os gestores que atuam no município.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Insegurança Alimentar, Gestão Pública.

### **RESUMO**

La inseguridad alimentaria es uno de los principales problemas políticos actuales en el escenario brasileño. El objetivo de este estudio es analizar las políticas públicas actuales y su eficiencia en la ciudad de Santana do Livramento (RS). Subdividido en temas referenciales que describen la ley SISAN 11.346, el programa Bolsa Família, el Plan Plurianual, la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), el programa Bolsa Família y Auxílio Brasil, y la Inseguridad Alimentaria durante el Covid-19. Para la construcción del estudio se utilizaron las bases de datos SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) y Google Scholar. Para la recolección de datos se utilizó un cuestionario cualitativo semiestruturado, tomado del diagrama de la publicación del año 2010 del Programa Hambre Cero, Tomo I, página. 56 con 5 profesionales trabajando en el área temática en Santana do Livramento (RS). Dispuestos en preguntas cerradas de sí o no, y preguntas abiertas descriptivas para agregar datos y sus opiniones sobre la política pública discutida en el cuestionario. Los resultados indican que las políticas públicas en el ámbito de la inseguridad alimentaria deben evolucionar y estar en el centro de las discusiones. En el municipio objeto de estudio se observaron mejoras en políticas públicas, como la adhesión al SISAN y el trabajo conjunto del CONSEA para asegurar la Agricultura Familiar, especialmente en las escuelas rurales, e impulsar proyectos en un municipio donde se conoce positivamente la agricultura. Los resultados contribuyen a futuros estudios académicos y a los gestores que trabajan en el municipio.

**Palabras clave:** Políticas Públicas, Inseguridad Alimentaria, Gestión Pública.

## **1. INTRODUÇÃO**

A fome no Brasil é parte de um grande problema onde envolve a insegurança alimentar. Com as sucessões de governo e o aumento progressivo populacional, ocorreram diversas mudanças quanto à insegurança alimentar. O custo de produção de alimentos no Brasil já é elevado, decorrente das elevadas taxas de impostos, do aumento do custo das commodities, do elevado custo logístico, o aumento da insegurança alimentar foi notável, principalmente nos anos de pandemia.

Além das adversidades políticas e enfrentamento de crises econômicas consequente de governos anteriores, no ano de 2020 no Brasil foi comprovado os primeiros casos de Covid-19. Iniciou-se uma batalha por sobrevivência, superlotação de hospitais, comércio e supermercados fechados, a população ficou em isolamento social. Agravou-se o que já estava em estado crítico, principalmente a alimentação. Escassez de comida por consequência do transporte, entre outros fatores. A ineficiência do planejamento e execução das políticas emergenciais, decorrentes da pandemia de COVID-19, fez com que a insegurança alimentar chegasse a métrica de 55,2%” (CARVALHO et al., 2022).

Outro fator importante que acentua a problemática da insegurança alimentar, é o consumo dos alimentos industrializados e agrotóxicos, prejudicando a saúde pública em diversas doenças. No período de 2014 a 2019, foi liberado o uso desses produtos químicos, onde o “aumento do uso de agrotóxicos nos alimentos atingiu em 2019 o total de 575 novos produtos fitossanitários aprovados pelo Governo Federal para uso na produção alimentar, um número de registro exorbitante e nunca antes experienciado no país” (MATTOS et.al, p.10,2023).

Para amenizar a problemática da insegurança alimentar, atualmente existem programas de governo como Bolsa Família, Organizações como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a formatação do Plano Plurianual, além dos projetos municipais e estaduais – para fiscalizar e garantir à população os seus direitos, como também fomentar projetos para diminuir a população em estado de fome.

Conforme os dados apresentados, surge o seguinte questionamento: quais são as políticas públicas para o combate da insegurança alimentar no município de Santana do Livramento?

Esse projeto tem como principal objetivo mostrar as principais políticas públicas no combate a insegurança alimentar na cidade de Santana do Livramento. Ademais, tem como objetivos específicos: apresentar os programas existentes e quais suas contribuições; pesquisar no município de Santana do Livramento as políticas públicas para combate de insegurança alimentar e o que pode ser modificado e realizar inferências sobre possíveis melhorias no combate a insegurança alimentar no município em estudo.

A presente investigação justifica-se inicialmente pelo fato de contribuir com o conhecimento no contexto acadêmico, utilizando inferências teóricas sobre o tema, sobretudo em um município fronteiriço. O resultado desta pesquisa irá contribuir para a compreensão dos gestores públicos municipais de Santana do Livramento, sobre a efetividade das políticas públicas de combate a insegurança alimentar.

O referido projeto será disposto em tópicos referenciais, com descrição de cada sistema, projetos e programas de governo existentes, onde serão analisados dados, e as mudanças temporais de cada assunto. Além de questionário semiestruturado aplicado e análise dos resultados obtidos na cidade de Santana do Livramento/RS.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 MARCO LEGAL E PROGRAMAS**

Em 15 de Setembro de 2006, é sancionada a Lei 11.346 – onde cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional por meio do SISAN. Nas disposições gerais

da lei, tem como foco definir princípios, direitos, o fomento de políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional, como descreve no art.2 (CONSEA, 2010):

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Na década de 70 a insuficiência dos alimentos era marcada pela sua baixa produção, e na sua precária distribuição. Ao passar dos anos, a segurança alimentar foi se construindo na inclusão de alimentos de qualidade, e na melhoria dos hábitos alimentares de diversos grupos culturais. A Lei assegura a partir do ano de 2006, os direitos e deveres referente à segurança alimentar que vem se solidificando e crescendo ao longo de décadas. Para Pereira (2008), foi a incorporação dos conceitos de equidade e sustentabilidade ambiental, um divisor de águas nas questões de produção de alimentos com qualidade, além disso, foi levada em conta a necessidade de provimento das outras necessidades básicas como saúde, educação e moradia, para alcançar a plenitude da segurança alimentar. Para Santos (2022), existem determinantes sociais que influenciam a insegurança alimentar, como renda, gênero e cor/raça, e a interação entre eles.

Para Santos (2022), as condições de trabalho desiguais para as mulheres no Brasil, que é constituído por uma sociedade matriarcal, na qual a mulher é provedora do lar, sendo explorada em empregos informais, e por necessidade submetendo-se a trabalhar por salários inferiores aos salários do homens também, contribuem para o agravamento da insegurança alimentar. Também é importante falar sobre as mulheres negras, onde “o cenário é mais restrito, pois elas vivenciam a intersecção entre o sexismo e o racismo, ambos regimes de opressão, hierarquização e exclusão social e política que estão alicerçados no colonialismo ao longo de muitos séculos” (SANTOS et al., p.3,2022).

Programas solidificados como Fome Zero, Bolsa Família, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil, além do PPA (Plano Plurianual 2020-2023) – são políticas públicas seguidas de fomentos para melhor atender a população brasileira e reduzir as mazelas da desigualdade social.

Em 2018, por medida provisória MP(870), extingue-se o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar, desconstruindo a ligação política – popular para o enfrentamento da fome, como relata (MATTOS et.al, p.10,2023) “reduzindo a possibilidade de o governo federal ter acesso direto ao conjunto de necessidades, prioridades e propostas dos mais amplos setores da sociedade brasileira”. Porém, em 2023 no Governo Lula, o Conselho é reintegrado na medida provisória Nº 1.154 de 1 de Janeiro de 2023.

## **2.2 PLANO PLURIANUAL**

O PPA – Plano Plurianual é um sistema do governo onde são planejadas as políticas públicas em torno de 4 anos, estabelece planos e objetivos e metas para a melhoria dos principais setores como saúde, economia e educação, onde está referido no art. 165 da Constituição Federal, instituído em 1988 pelo Poder Executivo. O PPA de 2020-2023 tem como participação o Ministério da Tecnologia e Inovação (MCTI) junto com suas entidades, onde participa em sete dos 70 Programas Finalísticos do Governo, onde são contempladas um conjunto de políticas públicas financiadas por ações orçamentárias e investimentos plurianuais.

Como base na segurança alimentar e nutricional, o último PPA prevê o fomento e a ampliação do Cadastro único, do CRAS, melhorias no acesso e direito a água; adesão ao SISAN; apoio à produção rural, entre outras ações que visem a redução da insegurança

alimentar. O PPA trabalha as políticas públicas, tanto na sua implementação como no seu monitoramento e revisão de cada programa finalístico, com o intuito de acompanhar constante as políticas e garantir a entrega dos resultados esperados pela sociedade.

### **2.3 FAO NO BRASIL**

Decorrente de uma crise agrícola em consequência da Segunda Guerra Mundial, na década de 40 a Europa precisou se discutir os fatores que poderiam inibir a insegurança alimentar, pois além dos anos em guerra, os países europeus não são autossuficientes na produção de alimentos (ANJOS, 2007). Discutiu-se então a criação da ONU (Organizações das Nações Unidas) e do FMI (Fundo Monetário Internacional). Anjos (2007), explica que ocorreram diversos debates no mesmo ano, pois teria de ser criada uma forma sólida de cotas para que cada país pudesse se reerguer na produção alimentar. Como resultado destas discussões, cria-se em 1945 um órgão chamado Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Instalada no Brasil desde 1949, a FAO está situada em Brasília, dentro do Campus do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), ligado ao Ministério da Agricultura. A Organização inicia seu marco no fim da Segunda Guerra Mundial. Tem como principal objetivo reunir os países a fim de fomentar e implementar políticas públicas para a erradicação da fome. Hirai (2007), explica que no ano de 1983, a FAO implementou um novo conceito de Segurança Alimentar que se baseava em três grandes objetivos: a oferta adequada de alimentos, a estabilidade da oferta e do mercado dos alimentos e a segurança no acesso dos alimentos ofertado.

Também, destaca no site dados breves sobre o período de Covid-19 (FAO,2023):

O Inquérito VigiSAN (Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional) mostrou a gravidade da superposição entre a crise econômica e a crise sanitária em todo o país, com um aumento acentuado da insegurança alimentar em todas as grandes regiões, principalmente entre 2018 e 2020. Mais da metade dos domicílios brasileiros (55,2%) conviviam com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 –um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). A experiência da fome (insegurança alimentar grave) esteve presente em 9% dos domicílios no final de 2020, o equivalente a 19 milhões de brasileiros. Essa proporção é mais que dobro observado em 2009, e representa uma volta ao nível observado em 2004.

Os referentes percentuais evidenciam o aumento exponencial por consequência da pandemia, ainda sobrepondo a crise da fome no Brasil. Por mais que existam Organizações Mundiais como esta, que constantemente procuram programas, projetos para redução da população em estado de fome - é preciso apoio também internacional e ideias de fomento de outros países, que é o motivo da criação da Organização, preconiza Hirai (2007). Com isso, a finalidade da Organização procura não somente analisar a insegurança alimentar nos dados finais, mas verificar em um todo como desemprego, e a renda familiar em que se norteia.

### **2.4 BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL**

Em 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assume após governo de Fernando Henrique Cardoso, com seu mandato de 1995 a 2002. De acordo com Tapajos (2010), a partir do governo Lula, há um incentivo à reflexão e à prática de políticas redistributivas e de reconhecimento de direitos étnicos, de gênero e tantos outros, ampliados em decorrência do fenômeno do multiculturalismo e da globalização. Deste modo, o Presidente cria o Programa Fome Zero. O problema da fome não retorna como emergencial, mas sim o principal, imbuído de garantir legalmente a dignidade e o direito do povo brasileiro, mobilizou e incluiu a sociedade na agenda do governo, tanto nacional como regional (TAPAJOS, 2010).

O Programa, com finalidade da erradicação da fome, precisava além do plano de governo, inserir novas políticas públicas. Inicialmente, foi elaborado etapas de planejamento, como descreve TAKAGI (2010, p.56):

As propostas de políticas foram esquematizadas em três níveis de ação simultâneos: as políticas estruturais, voltadas para combater as causas da fome, como o aumento da renda familiar, a universalização dos direitos sociais e do acesso à alimentação de qualidade e da diminuição da desigualdade de renda; as políticas específicas de segurança alimentar e nutricional que englobavam também as ações emergenciais, mas não se resumem a esta; e as políticas locais, com ações diferenciadas conforme o tamanho do município. O resultado foi um amplo leque de ações articuladas e a defesa das políticas específicas de segurança alimentar, muitas que não faziam parte da proposta de 1991.

Sobrepondo o Programa Fome Zero, é instituído o Programa Bolsa Família, Fonseca (2018), explica que essa nova política alavancou as tomadas de iniciativas da MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), qualificando a agricultura e fomentando projetos escolares na educação alimentar. Concomitante a esses programas, também foram lançados Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio- Gás e Cartão-Alimentação, criados entre 2001 e 2003.

Ao longo dos 20 anos, houveram modificações tanto nas políticas públicas quanto na sua gestão. Nesse tempo, presidiu Dilma Rousseff e Michel Temer. Em Janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro assume Presidência do Brasil. Neste período, ocorreram diversas mudanças políticas e uma das piores crises sanitárias, o Covid-19. Não somente a imposição de soluções emergenciais na área da saúde e da economia, foi “criado” o Auxílio Brasil. O Programa regulamentado no decreto de medida provisória nº 1.061 do dia 9 de Agosto de 2021 deu continuidade do Programa Bolsa Família, com alterações nos valores iniciais “de R\$ 89 para R\$100 para o benefício básico, R\$ 41 para R\$49 para o benefício variável e R\$49 para R\$56 para o benefício jovem” (MACHADO, p.1, 2021).

Sem orçamentos e planejamentos futuros, em Agosto de 2022 foi modificado o valor para R\$600,00, última medida adotada pelo governo de Jair Bolsonaro, onde contava com o valor até Dezembro de 2022. Logo após, toma posse novamente em Janeiro de 2023 Luiz Inácio Lula da Silva, onde institui o novo Bolsa Família pela medida provisória nº 1164 de 2 de Março de 2023, mantendo os seguintes valores, conforme informado na Cartilha (BOLSA FAMÍLIA, p.5, 2023):

Benefício de Renda de Cidadania: pago para todos os integrantes da família, no valor de R\$ 142 por pessoa. Benefício Complementar: pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja o suficiente para alcançar o valor mínimo de R\$600 por família. O complemento é calculado para garantir que nenhuma família receba menos que o valor de R\$ 600; Benefício Primeira Infância: no valor de R\$ 150 por criança com idade entre 0 (zero) e 6 anos; Benefício Variável Familiar: pago às famílias que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos e/ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos; no valor de R\$ 50 por pessoa que atenda estes critérios.

Disponibilizado no site do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), com dados base no mês de Setembro de 2023, o Cadastro Único possui 43.122.529 pessoas cadastradas, onde 23.313.723 (54%) estão em situação de pobreza, 7.597,267 são de baixa renda. Atualmente, o programa Bolsa Família conta com 21.457.553 famílias beneficiadas com o valor de R\$688,81 (CECAD,2023).

## 2.5 A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO PERÍODO COVID-19

Com início em 2019 na China, o surto do Coronavírus iniciou o colapso em todos setores e lugares do mundo, e no Brasil não foi diferente. Se instalou o caos em hospitais, além do déficit brusco na economia, e a escassez de alimentos em todo o país. O isolamento gerou uma cadeia de consequências nos lares, pois muitas famílias precisavam trabalhar para garantir o alimento na mesa, mas o contato era de extremo perigo. Superlotação em hospitais, e milhares de vidas perdidas. Já se presenciava uma histórica batalha na erradicação da fome e da pobreza, e no momento que se diagnostica o primeiro caso no Brasil, começa uma nova luta (MATTOS, 2023).

Conforme explica Mattos (2023) o I Inquérito da Vigisan (Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional) em 2021 aponta os dados em domicílio onde o aumento da SAN para as mulheres foi de 35,9%) é menor que a dos homens 52,5%. Em relação a InSAN (Insegurança Alimentar e Nutricional), o maior percentual foram nas regiões Norte e Nordeste (18,1 e 13,1%), e nas regiões Centro-Oeste e Sul-Sudeste foram menores (6,9 e 6%). No II Inquérito divulgado em 2022, atualiza a InSAN em 33,1 milhões de brasileiros atingidos.

Na análise de Ribeiro (2020), diversos agricultores viram os canais de comercialização e logística serem suspensos, seja pelo fechamento temporário de restaurantes, seja pela paralisação das aquisições pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou, ainda, em virtude da redução da comercialização nas feiras livres e nos mercados.

Conforme dados disponibilizados no site do CECAD 2.0, no painel Cadastro Único, é possível comparar os dados quanto ao Programa Bolsa Família. O programa sofreu declínio durante o período pandêmico de aproximadamente 4 milhões de pessoas cadastradas, entre o período 2020-2021. Esse dado envolve fatores importantes a destacar como a inserção do Auxílio Brasil substituindo o Bolsa Família, por consequência da triagem de cadastros e as adversidades políticas e emergenciais durante este período. Já nos anos de 2022 a 2023 houve o aumento de aproximadamente 11 milhões de pessoas cadastradas, sendo retomado o Bolsa Família no início do ano de 2023.

## 3. METODOLOGIA

No que tange a natureza, o estudo se apresenta como pesquisa aplicada, de forma descritiva e qualitativa. Para Vergara (2005), a pesquisa aplicada ocorre quando o pesquisador não pode controlar ou manipular variáveis. O presente projeto classifica-se como um estudo de caso. O estudo de caso é o método de pesquisa científica onde o assunto é de relevância real e atual, e possuem variáveis que o alteram. Ainda especifica GIL (2009, p.7-8, 2009) que:

[...] é um estudo de profundidade. O estudo de caso difere significativamente de outros delineamentos no que se refere a este item. Nos levantamentos, por exemplo, utilizam-se instrumentos padronizados para a coleta de dados, como o questionário e a entrevista estruturada, visando facilitar o processo de tabulação e análise dos dados. Estes instrumentos, por sua vez, tendem a apresentar um número reduzido de itens, para que se possa atingir um grande número de respondentes. Nos estudos de caso, ao contrário, as entrevistas tendem a ser pouco estruturadas, com vistas à obtenção de dados caracterizados por um maior nível de profundidade.

A pesquisa enquadra-se também como exploratória. Foram estudados artigos científicos onde aborda o tema Segurança e Insegurança Alimentar Nutricional, também acesso de forma exploratória em sites governamentais e não governamentais. Referente a coleta dos dados, foram feitas investigações nos dados primários e secundários. Dados primários serão obtidos por informações históricas e atuais sobre a insegurança alimentar, de forma a contribuir na construção e clareza do assunto. Malhotra (2004) descreve dados primários onde se coleta variáveis fins sobre o assunto abordado, e dados secundários são os coletados pelo pesquisador para resolução do problema de pesquisa.

Os dados secundários foram obtidos por meio de questionário semiestruturado, elaborado com base nos autores referenciados no referencial teórico. A seguir, no Quadro 1, apresenta-se o perfil dos servidores que responderam o questionário.

Quadro 1: Perfil dos Servidores

Entrevistados	Cargo	Idade	Nome do Órgão ou Secretaria atuante	Tempo de trabalho no cargo	Formação Acadêmica
A	Nutricionista	59	Secretaria Estadual de Saúde/ SES	31 anos	Nutrição/ Especialista em Saúde Pública
B	Nutricionista	35	Secretaria municipal de saúde	7 anos	Pós graduação
C	Nutricionista	46	Conselho municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	7 meses	Serviço Social
D	Nutricionista	38	Secretaria Municipal de Educação	7 anos	Nutrição
E	Presidente	41	Educação - Departamento de Segurança Alimentar	8 anos	Graduação em Nutrição

Fonte: Elaboração da autora, (2023).

A seleção da amostra, teve como critério identificar servidores públicos atuantes em cargos de gestão na área da assistência social. Primeiramente, responderam de forma digital o questionários. Posteriormente, buscou-se documentos e registros históricos da assistência social, do período de 2020 até Outubro de 2022. Os resultados dos questionários aplicados, encontram-se no APENDICE I.

O questionário foi construído utilizando o diagrama publicado no relatório do Programa Fome Zero (2010, p. 56). A tabela foi utilizada como construção e levantamento de resultados para contribuição do estudo acadêmico presente e futuro. A pesquisa divide-se em questões objetivas de marcar “sim” ou “não”, e ao final de cada tópico, há uma questão aberta descritiva, com o intuito de agregar informações complementares sobre as políticas públicas a relatar ou acrescentar.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Referente as políticas estruturais, os resultados destacam o intuito de valorizar o direito humano a uma alimentação saudável com preferência por alimentos frescos, naturais e minimamente processados. Os servidores enfatizam a importância da inserção da Agricultura Familiar para alimentação nas escolas rurais, pois trata-se de alimentos produzidos sem agrotóxicos e que potencializa a economia rural local. A Coperforte – Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste, conforme dados em (ECONODATA,2023), com CNPJ ativo desde 2003, tem como principal atividade econômica a produção de leite e derivados, porém não se envolve no setor hortifrúti.

No que abrange as políticas específicas relacionadas à prevenção da insegurança alimentar, constatou-se que há investimentos anuais, pois percebe-se que elas integram a Lei de Orçamento Anual (LOA, 2023). O orçamento elaborado nesse ano de 2023 foi por chamada pública, conforme disposto no site da prefeitura, gerando dificuldades no processo de aprovação por não ser via licitação, explicam os servidores. Assinado em Julho de 2023, a chamada pública conta com orçamento de alimentos da Agricultura Familiar para o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Estimou-se 20% de alimentos processados, onde foram inclusas duas agroindústrias do município, uma no fornecimento de queijo caseiro, e também a primeira chamada pública na inclusão de alimentos orgânicos. São beneficiadas 53 escolas – municipais fundamentais, fundamentais rurais, infantis urbanas; escolas estaduais

conveniadas urbanas e rurais, totalizando 5.500 alunos. Em síntese, o orçamento de recursos de 2023 foram nos setores Hortifrutigranjeiros – temperos; Não perecíveis; Lácteos e panificados, totalizando em R\$687.291,00. Foi contemplado no anual 100% do repasse de previsão do edital (já publicado), comparado ao ano passado em 57%.

A execução do orçamento é coordenada pela Secretaria Municipal da Educação com controle da cota bimestral estabelecida e administrada pela Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual. São elencadas as prioridades da gestão democrática das escolas da rede municipal e os relatórios das visitas in loco dos Conselhos Municipais de Educação (CME), Conselhos do FUNDEB e Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

Seguindo a segunda pergunta, que investigou sobre as Políticas Específicas, existem ações de Combate a Desnutrição Infantil e Materna e Educação para o Consumo e Educação Alimentar. Referente as famílias beneficiadas com as Políticas Específicas, como o Programa Bolsa Família em Santana do Livramento com base em dados de Novembro de 2023 - foram 8.556 famílias atendidas, 22.059 pessoas e o total de 5.847.887,00 (BOLSA FAMÍLIA,2023). Destaca-se o trabalho da Secretaria de Assistência Social em realizar o cadastro das famílias, visto a grande extensão territorial do município.

Ainda no que refere-se as Políticas Específicas, pode-se mencionar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Um sistema público legalmente instituído pela Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN. Formado pela Conferência, CONSEA, CAISAN e Plano Municipal de Segurança Alimentar (PMSS). O SISAN tem por objetivo fomentar políticas públicas, com planejamento e com apoio do governo referente à segurança alimentar e nutricional, aderido no mês de Novembro no município de Santana do Livramento. O SISAN integra a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, apoiando o CONSEA, garantir os alimentos da Agricultura Familiar, buscar recursos e parcerias governamentais.

Finalizando a segunda pergunta, as Cozinhas Solidárias, diferente da Cozinha Comunitária, mostram adversidades quanto à sua gestão. As cozinhas apresentam dificuldades quanto CNPJ não titulado como instituição, portanto recebem doações do município via Assistência Social (CRAS). Quanto às Hortas Escolares, existe somente projeto pela UERGS na cidade de Santana do Livramento. Instituições do tipo (OSC) como Lar de infância, Lar de Meninas, Lar de Idosos e a Escola Simão Bolívar participam da mesma. Bolsistas na área, são designados para a manutenção e cuidado das hortas. Referente as Políticas específicas para as áreas urbanas, existe o Banco de Alimentos, em parceria com a FIERGS, e atualmente está tramitando o Projeto de Lei do Banco de Alimentos Municipal.

Referente a pergunta que abordou as Políticas Específicas para as áreas rurais, existe apoio a Feira do Agricultor, que está incluso nas metas do PAA. No ano de 2023 foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santana do Livramento. O programa conta com apoio ao consumo de alimentos pela agricultura familiar, contribuindo para o setor econômico e social da cidade. Em resumo, o orçamento do PAA/2023 nos setores Hortifrutigranjeiros – temperos; não perecíveis; lácteos e panificados totalizou em R\$520.951,00, a lei já foi publicada no Diário Oficial da União. O município também possui o projeto “Sábado é dia de feira da Agricultura Familiar”. Situado na Rua Hugolino Andrade em Santana do Livramento, geralmente ocorre uma vez no mês, na terça e sexta. Existe o projeto de estrutura para melhoria em apoio do Governo Estadual para o município, porém o recurso está bloqueado pela Caixa, aguardando liberação.

Referente a Estratégia de Enfrentamento à Insegurança Alimentar para disponibilidade de alimentos no período pandêmico, diversas ações foram articuladas pelo Conselho municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tais como: doações de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade (em torno de 11 mil kits); distribuição de

leite e alimentos in natura, provenientes da Agricultura Familiar, ações em conjunto com a Sociedade Civil Organizada para famílias em situação de vulnerabilidade.

Referente as Ações de Políticas Públicas implementadas para melhorar o acesso aos alimentos no período de pandemia, os servidores relatam que as iniciativas foram mais pautadas em ações emergências do que em “políticas públicas”, tais como: utilização de mídias para informar aos cidadãos sobre cuidados higiênicos, sanitários, educação no consumo de alimentos *in natura*, consumo adequado de água entre outros relacionados a prevenção da transmissão do vírus Covid-19.

Analisando os resultados obtidos, houveram também pontos negativos, que podem ser utilizados para reflexões futuras. Aproximadamente 85% dos servidores responderam “não” para as seguintes interrogações: geração de empregos e renda; apoio à renda mínima; programa cupom de alimentação; doações de cestas básicas emergenciais; ampliação do PAT; Parceria com Varejistas e Novas parceiras com Supermercados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder à questão de pesquisa este trabalho investigou qual a eficiência das políticas públicas para o combate da insegurança alimentar na cidade de Santana do Livramento. Para atender ao objetivo geral limitou-se a investigar sobre a atual situação das políticas públicas de combate a insegurança alimentar na cidade de Santana do Livramento.

O tema insegurança alimentar é posto em constante mudanças e oscilações. É importante ressaltar as transições políticas, atravessado por momentos socialistas e capitalistas, e as diferentes concentrações de meio de produção, e a realidade do município, que ainda possui uma configuração econômica baseada na concentração de renda e na agricultura extensiva.

Principais setores como educação, saúde, economia e alimentação devem ampliar a qualificação de políticas públicas, atentos sempre em possíveis situações emergenciais, e na melhoria dos recursos humanos para atuar de forma segura e profissional. Espera-se com este estudo contribuir com as políticas públicas que priorizam a redução e eliminação da insegurança alimentar, sobretudo em um município que se destaca pela produção de alimentos.

Os resultados deste estudo contribuíram com inferências na área da Gestão Pública, pois os achados corroboram com a visão dos autores Belik (2003), Hirai (2007), Pereira (2008), Machado (2022) e Carvalho (2022), no sentido que, independente de quando foram publicadas suas teorias ou dados coletados, ainda se perdura e se intensifica a relevância da temática abordada, pois a insegurança alimentar ainda é uma mazela que precisa ser superada, principalmente em um país que é considerado um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Os autores manifestam a insegurança alimentar em diferentes tempos, registrando a influência política e suas consequências. Pode-se associar as teorias dos autores com os resultados obtidos no referido projeto. No município em estudo, houveram melhorias nas políticas públicas, como a adesão ao SISAN e o trabalho conjunto do CONSEA para assegurar a Agricultura Familiar principalmente nas escolas rurais, e fomentar projetos em um município onde a agricultura é positivamente conhecida.

Para o acadêmico, o presente estudo trouxe a experiência de aplicar o conhecimento na prática, ampliando a sua percepção sobre as estratégias de combate a insegurança alimentar. Pretende-se apresentar o resultado desta investigação para a atual Gestão Pública Municipal do município de Santana do Livramento, para que os resultados possam contribuir para os avanços e melhoria na área do tema investigado. Referente aos fatores limitantes do presente estudo, pode-se ampliar o período de realização da pesquisa, e para futuros estudos recomenda-se a realização de uma análise comparativa com outros municípios da mesma magnitude de Santana do Livramento. Sugere-se que em estudos futuros, sejam envolvidos

outros atores na pesquisa, como por exemplo os beneficiários dos programas apresentados, para que se possa analisar o impacto destas políticas sob a ótica deste grupo.

## 6. REFERÊNCIAS

- BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Saúde e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.
- BRASIL. **LEI DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. 2006. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 20 de Junho de 2023.
- BRASIL. **Programa Bolsa Família**. 2023. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: < <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em: 02 de Julho de 2023.
- BRASIL. **Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>>. Acesso em: 16 de Novembro de 2023.
- CARVALHO, Renata et al. Validade do instrumento para triagem de domicílios em risco de insegurança alimentar em diversos estratos da população brasileira. **Caderno Saúde Pública**, 2022.
- CECAD. **Cadastro Único Brasil**. Disponível em: < <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>. Acesso em: 16 de Novembro de 2023.
- ECONODATA. **Consulta CNPJ Econodata**. Disponível em: < <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/05679755000188-COOPERATIVA-REGIONAL-DOS-ASSENTADOS-DA-FRONTEIRA-OESTE-LTDA#receita-section>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2023.
- FAO. **Brasil em resumo**. Disponível em: < <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>>. Acesso em: 29 de Junho de 2023.
- FOME, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À. **Fome Zero: uma história brasileira. Uma História Brasileira**. 2010. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>>. Acesso em: 30 de Junho de 2023.
- FONSECA, Ana; JACCOUD, Luciana; KARAM, Ricardo. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: o desafio de universalizar a cidadania. **Proteção social e transferência de renda. Caderno de Pesquisa NEPP**, n. 86, 2018.
- GIL, A. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- HIRAI, Wanda Griep; DOS ANJOS, Flávio Sacco. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 6, n. 2, p. 335-353, 2007.
- MACHADO, Cecília. **As incógnitas do Auxílio Brasil**. 2021.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MATTOS, Ana Carolina Einsfeld; GUERIN, Marina; TEN CATE, Lidia Nicole dos Santos. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: cenário anterior e posterior ao início pandêmico. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p.1-18, 2023.
- PEREIRA, Rosângela Alves; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. A dimensão da insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 7s-13s, 2008.
- RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.
- SANTOS, Lissandra et al. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. **Caderno Saúde Pública**, 2022.
- TAKAGI, Maya. A Organização do Estado Face à Nova Prioridade Política: o Combate à Fome e à Pobreza: a implantação do programa fome zero no governo lula. In: ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, 2010. p. 1-190.

TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Monica; COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Desafios sociais no Brasil de 2003: da exclusão à cidadania. In: BRASIL. Adriana Veiga Aranha. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (org.). **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: V.1, 2010. p. 42-53. (V.1).

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

## APÊNCICE I

<b>QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO À INSEGURANÇA ALIMENTAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO</b>	
Políticas Estruturais Geração de Empregos e Renda?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Incentivo à Agricultura Familiar?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Intensificação da Reforma Agrária?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Bolsa Escola e Renda Mínima?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Algum dado ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva
Políticas Específicas Programa Cupom de Alimentação?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Doações de Cestas Básicas Emergenciais?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Manutenção de Estoques de Segurança?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Segurança e Qualidade dos Alimentos?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Ampliação do PAT?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Combate à Desnutrição Infantil e Materna?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Educação para o Consumo e Educação Alimentar?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Algum dado ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva
Políticas Específicas: Áreas Rurais Apoio à Agricultura Familiar?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Apoio à produção para autoconsumo?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Algum dado ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva
Políticas específicas: áreas urbanas Banco de Alimentos?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Parceira com Varejistas?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Modernização dos Equipamentos de Abastecimento?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Novo Relacionamento com Supermercados	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Agricultura Urbana	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Outro dado, programa, relatório ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva
Repercussão da Pandemia Covid-19: disponibilidade de alimentos Prejuízos na oferta de alimentos in natura da agricultura familiar (AF), especialmente as frutas e os vegetais?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Paralisação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a aquisição dos alimentos da AF?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Fábricas de processamentos de alimentos fechadas devido a surtos entre trabalhadores?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Equipamentos de venda e comercialização de alimentos foram fechados: fechamentos de feiras livres, restaurantes?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Limitação de transportes de alimentos?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Outras estratégias ou políticas foram implementadas para a disponibilização de alimentos na pandemia? Outro dado, programa ou relatório a acrescentar?	Resposta descritiva
Repercussão da pandemia covid-19: acesso aos alimentos Redução ou suspensão de renda para os mais vulneráveis - trabalhadores informais?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Redução de cobertura do BF?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Outras estratégias ou políticas foram implementadas para a melhorar o acesso aos alimentos no período de pandemia? Outro dado, relatório ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva
Políticas específicas: consumo Redução do consumo dos alimentos in natura?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Aumento do ganho de peso e/ou transtornos alimentares associados à inatividade física e ao isolamento social?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Outro dado, programa, relatório ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva
Políticas específicas: utilização biológica Redução ou ausência de acesso aos serviços de saúde pode tornar crianças, idosos, gestantes mais vulneráveis as deficiências nutricionais?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Pessoas/populações sem acesso permanente à água, saneamento e higiene adequados estão	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

sob o risco de desenvolver a má nutrição, em particular, à desnutrição e as carências de micronutrientes.	
Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Outro dado, programa, relatório ou opinião a acrescentar?	Resposta descritiva

**Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Algum dado ou opinião a acrescentar?**

A	Não
B	Não
C	Não
D	0
E	Projeto acessas e compra da agricultura familiar pela alimentação escolar.

**Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Algum dado ou opinião a acrescentar?**

A	Segurança Alimentar e nutricional
B	Não
C	Adesão ao Sisan
D	Programa de Alimentação Escolar (PNAE) estadual e municipal
E	PNAE, hortas escolares, PAA, cozinhas solidárias.

**Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Algum dado ou opinião a acrescentar?**

A	Não
B	Não
C	Apoio a feira
D	Nenhuma
E	PAA – sendo retomado em 2023 já foi desenvolvido anos atrás no município.

**Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Outro dado, programa, relatório ou opinião a acrescentar?**

A	Não
B	Não
C	Reestruturação do conselho municipal
D	0
E	Banco de alimentos tivemos em parceria com a fiergs agora está tramitando o projeto de lei do banco de alimentos municipal.

**Outras estratégias ou políticas foram implementadas para a disponibilização de alimentos na pandemia? Outro dado, programa ou relatório a acrescentar?**

A	Doação de cestas básicas
B	Não
C	Cadastro Único
D	Distribuição de luta de alimentos, inclusive com alimentos um natura da AF
E	A alimentação escolar forneceu mais de 11 mil kits de alimentos incluindo produtos

	da agricultura familiar, ações da sociedade civil organizada atenderam familiar em situação de vulnerabilidade social.
--	--

**Outras estratégias ou políticas foram implementadas para a melhorar o acesso aos alimentos no período de pandemia? Outro dado, relatório ou opinião a acrescentar?**

<b>A</b>	Não
<b>B</b>	Não
<b>C</b>	Bolsa Família
<b>D</b>	0
<b>E</b>	Triagem desses profissionais e atendimento através da assistência social.

**Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Outro dado, programa, relatório ou opinião a acrescentar?**

<b>A</b>	Não
<b>B</b>	Não
<b>C</b>	X
<b>D</b>	0
<b>E</b>	Com o isolamento social a utilização das mídias forneciam informações de saúde e cuidados higiênicos sanitários. Muitas lições e projeto de educação alimentar a distância foram desenvolvidos.

**Outras políticas públicas do município inserida(a) ou excluído(a) que deseja relatar? Outro dado, programa, relatório ou opinião a acrescentar?**

<b>A</b>	Não
<b>B</b>	Não
<b>C</b>	X
<b>D</b>	0
<b>E</b>	Essas situações foram constantemente triadas pelas secretarias municipais para serem incluídas nos atendimentos prioritários que foram desenvolvidos.